

CORREIO CARIOCA

POR MARCELLO SIGWALT

Divulgação PF



Segurança do G20 demanda uso intenso de tecnologia

G20: Polícia Federal instala central antidrones

Medida que visa garantir a segurança aérea durante a realização do G20 – encontro das 20 maiores economias mundiais – a Polícia Federal instalou, nas proximidades da Marina da Glória (Zona Sul), uma Central de Monitoramento Antidrones (CMA).

O equipamento atuará na detecção, monitoramento e neutralização de drones, provavelmente hostis, assim como na coordenação do uso de drones por instituições públi-

cas autorizadas, tendo em vista controlar as chamadas Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs).

Para as operações, serão utilizados equipamentos como radares e dispositivos de interferência no sinal das RPAs que representem uma ameaça à segurança do evento, em áreas de alta sensibilidade, como o MAM; Marina da Glória, os aeroportos Santos Dumont e Galeão, Praça Mauá, e hotéis de autoridades.

Raio de restrição chega a 37 km

A zona de proibição de voos equivale a um raio de 8 km a partir do MAM, mas a que pode atingir 37 km. Caso sejam detectadas aeronaves não tripuladas, haverá interferência no controle da aeronave e será identificado o responsável, para uma entrevista ou este ser con-

duzido para procedimentos cabíveis.

O trabalho decorre de gabinete de Segurança Institucional do Rio e da Presidência da República (GSI-RJ e GSI-PR), o Comando Militar do Leste (CML), a Polícia Militar (PMERJ), a Polícia Civil (PCERJ) e o DECEA.

Reprodução Favela Caiu no Face - Rede X



Soldados são surpreendidos pela facção criminosa

Militares do Exército são atacados pelo CV

Durante patrulhamento na Linha Amarela para o G20, na altura da Cidade de Deus (Zona Oeste), militares da Brigada Paraquedista do Exército foram atacados a tiros por traficantes da facção 'Comando Vermelho' (CV), no momento em que prestavam auxílio a vítimas de um acidente de trânsito.

Policiais do Grupamen-

to de Ações Táticas (GAT) do 18º BPM (Jacarepaguá) foram acionadas para apoiar os soldados. Os bandidos ficaram cercados nas imediações do Canal do Anil.

Desde a vigência do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), na última quinta-feira (14), as Forças Armadas fazem a segurança das principais vias da cidade.

Morre gaúcha que caiu na Lapa

Internada em estado grave e em coma induzido, desde sexta-feira (9), após cair do segundo andar do Armazém do Campo, na Lapa (centro), a geóloga gaúcha Virgínia Gazola, 26 anos, morreu neste domingo (17).

Ela havia se transferido do Rio Grande do Sul

para o Rio, depois de passar em um concurso da Petrobras.

A informação foi divulgada pelo Diretório Acadêmico da Engenharia Geológica da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde Virgínia havia cursado Geologia, entre 2013 e 2018.

Idosa é morta pelo filho na Barra

Morta pelo próprio filho (por motivo desconhecido), Marly Ferreira A. Paz, de 63 anos, foi localizada, às 14h desse domingo (17) por equipes do quartel da Barra da Tijuca, do Corpo de Bombeiros. Com auxílio de informações de moradores do condomínio – que fica

na Avenida Embaixador Abelardo Bueno – o autor do crime, cuja identidade não foi revelada, foi preso por agentes do 18º BPM (Jacarepaguá), que estiveram no local para atender uma ocorrência de homicídio, o que foi confirmado por investigações da Polícia Civil.

Base Exchange escolhe centro empresarial para sede no Rio

Nova bolsa de valores do Rio deve operar em 2025, no Flamengo Tower

Divulgação Delta Imobiliária

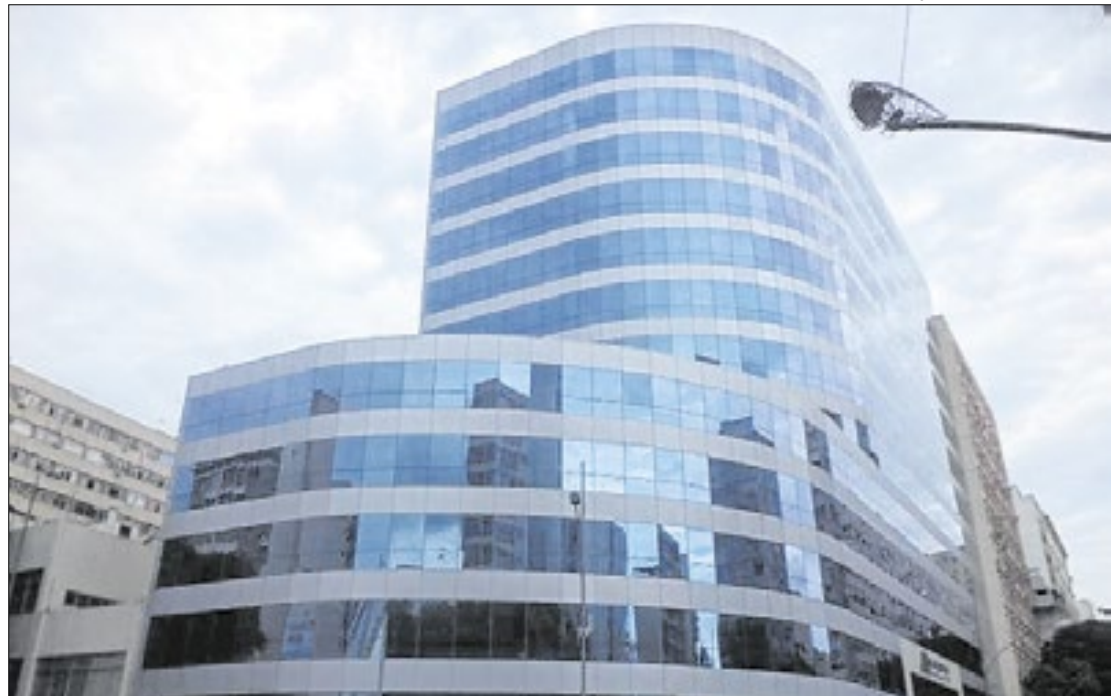
Por Marcello Sigwalt

A nova bolsa de valores do Brasil, agora chamada Base Exchange, já conta com um endereço próprio. Agora, a principal referência do mercado de capitais fluminense terá como sede o Flamengo Tower, centro empresarial localizado no bairro, de mesmo nome, na Zona Sul da cidade.

Entre as motivações, os mentores da instituição argumentam que a escolha reflete a busca de uma infraestrutura moderna e estratégica que viabilize o início das operações, que serão mantidas no Flamengo Tower, até que a bolsa apresente lucros expressivos. No entanto, não está descartada a possibilidade de que as atividades voltam a ser desenvolvidas na região central da Capital fluminense, como projeto de longo prazo, tendo em vista ampliar sua atuação e o decorrente impacto econômico da instituição no Estado.

Selecionado por sua localização estratégica, o Flamengo Tower é considerado um 'polo financeiro' emergente pelo mercado, uma vez que oferece, além de uma localização privilegiada, acesso a importantes vias de transporte, que o aproximam de outros setores econômicos relevantes.

Com sede no Rio de Janeiro, a Base Exchange está programada para iniciar ope-



Localização privilegiada pesou na escolha de centro empresarial da Zona Sul

rações no final de 2025. Com seu desenvolvimento a cargo da Americas Trading Group (ATG) – 'rebatizada' de Flowa Technologies – e sob controle do fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, Mubadala, a Base Exchange priorizará a oferta de serviços de negociação de ações à vista, cotas de fundos e aluguel de ações.

Antes, porém, a nova bolsa terá de 'encarar' testes regulatórios, por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BC), previstos para o primeiro semestre de 2025 (1S25). Somente após passar por esse 'crivo' é que a plataforma estará apta para operação pública. Como traço

diferencial, o ingresso da Base Exchange no mercado 'tupiniquim' visa aumentar a concorrência, promover a eficiência e inovação, conferindo redução de custos operacionais aos participantes do mercado.

A fim de garantir volume inicial para suas negociações e reforçar sua governança, a Base Exchange, no momento, está em busca de parceiros estratégicos, nacionais e estrangeiros. Recentemente, a empresa promoveu 'roadshows' no Brasil e nos Estados Unidos, apoiados pelo fundo Mubadala e assessorados pela Olimpia Partners, como meio de atrair investidores que contribuam para aumentar a liquidez dos negócios

e agregar 'expertise' ao projeto.

Do ponto de vista de inovação, a Base Exchange representa um marco significativo para o mercado financeiro nacional, devido ao potencial de atrair mais capital ao país e contribuir, de forma decisiva, para sua diversificação e dinamização, em benefício de investidores e empresas interessados em novas oportunidades de investimento e financiamento.

Como característica, o Flamengo Tower Empresarial pode ser definido como um edifício comercial, localizado na Rua do Catete, nº 359, no bairro do Catete (Zona Sul). Com 12 andares e área privativa total de 11.010 m².

Águas do Rio é 'contestada'

Seccon e Procon-RJ questionam 'práticas abusivas' de concessionária

Por Marcello Sigwalt

Interromper práticas consideradas abusivas e ilegais na cobrança de débitos dos consumidores, além de garantir o respeito aos direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Com esse objetivo, a Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor (Sedcon) e o Procon do Estado do Rio de Janeiro (Procon-RJ) entraram, na última quinta-feira (14), com uma ação civil pública (ACP) contra a concessionária Águas do Rio, junto à Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Na ACP, os órgãos requerem à Justiça:

Cessaçao imediata da exigência de quitação de débitos antigos, como condicionante para que os serviços sejam acessados;

Fim das cobranças ilegítimas e do envio de dados de



Sedcon e Procon-RJ vão à Justiça contra a 'Águas do Rio'

consumidores a órgãos de proteção ao crédito, sem que haja justificativa contratual;

Garantia de que o fornecimento de água e esgoto ocorra de modo justo e regular.

De acordo com o titular da Sedcon, Gutemberg Fonseca, "identificamos diversas de-

núncias de consumidores que apontam abusividades por parte da Águas do Rio. Essa ação é necessária para proteger os direitos coletivos e garantir que os serviços básicos sejam prestados de maneira justa".

A iniciativa judicial toma por base reclamações registra-

das no sistema ProConsumidor e em plataformas, como o ReclameAqui, que indicam 'práticas irregulares' da concessionária.

Entre as denúncias mais flagrantes, se destacam:

- Exigência de quitação de dívidas antigas: A Águas do Rio estaria condicionando a troca de titularidade e o fornecimento de água e esgoto ao pagamento de débitos deixados por antigos moradores, transferindo indevidamente responsabilidades financeiras para novos usuários.

- Cobranças aleatórias e ilegítimas: Reclamações indicam que consumidores estão sendo cobrados mesmo sem relação contratual com a empresa.

- Envio indevido de dados para órgãos de proteção ao crédito: Inadimplências sem base contratual estariam sendo encaminhadas para serviços como SPC e Serasa, prejudicando os consumidores.

Prefeitura coloca à venda área de 6 mil²

Conforme decisão, oficializada pelo decreto nº 55337 – publicado no Diário Oficial, na última quinta-feira (14) – a Prefeitura do Rio autorizou a venda de área pública de 6 mil² na Barra da Tijuca, ao lado do Shopping Uptown Barra.

Segundo informações veiculadas pelo site Tempo Real RJ, a medida legislativa permite ao município usar o terreno para elevação de renda ou outras finalidades, como a venda direta.

Com a publicação do decreto, o terreno pertence ao patrimônio municipal, mediante

a transferência do domínio da área para fins de uso econômico, de maneira a maximizar os recursos, por meio de venda, concessão ou destinação para projetos específicos. Pela ótica da administração municipal carioca, a iniciativa cumpre a estratégia de otimizar o uso de áreas públicas, criando receitas adicionais aos cofres municipais, com o desenvolvimento de projetos urbanos e econômicos na região.

O terreno tem potencial para atrair investidores de projetos comerciais, residenciais ou mistos.

Alfabetização continua a ser um 'grande desafio'

O Dia Nacional da Alfabetização, celebrado nessa última quinta-feira (14), destaca a importância da leitura e da escrita como ferramentas essenciais à transformação social. Dados do Censo Demográfico de 2022 revelam que 6,4% da população do Rio de Janeiro ainda não é alfabetizada, evidenciando um grande desafio para o estado. A Câmara Municipal do Rio adotou diversas leis focadas na promoção da educação e cidadania.

Entre as iniciativas, destaca-se a Lei 6.981/2021, que cria o Programa Permanente

de Reforço Escolar. O objetivo é atender alunos das escolas municipais, especialmente os residentes em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e comunidades, para diminuir déficits de aprendizagem. O programa inclui a atuação de equipes multidisciplinares, como professores e assistentes sociais, para oferecer reforço escolar e apoio integral aos estudantes.

O vereador Carlo Caiado (PSD), autor da lei, explica que o programa é uma resposta à dificuldade de muitos alunos em acompanhar o currículo.